

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA-ICSA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BRUNA LETÍCIA RIBEIRO DE ARAÚJO

**DETERMINANTES DA INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO:
UMA ANÁLISE PARA AS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE**

GOVERNADOR VALADARES
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA-ICSA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BRUNA LETÍCIA RIBEIRO DE ARAÚJO

**DETERMINANTES DA INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO:
UMA ANÁLISE PARA AS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE**

Monografia submetida ao Curso de Graduação em Economia, pela Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares como quesito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador (a): Juliana Gonçalves Taveira

GOVERNADOR VALADARES
2017

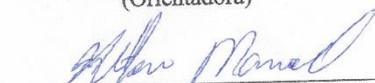
BRUNA LETÍCIA RIBEIRO DE ARAÚJO

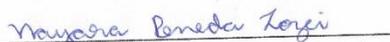
**DETERMINANTES DA INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO:
UMA ANÁLISE PARA AS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE**

Aprovada: 15 de março de 2017

Banca Examinadora:


Prof.ª Dr.ª Juliana Gonçalves Taveira
Universidade Federal de Juiz de Fora
(Orientadora)


Prof. Dr. Hilton Manoel Dias Ribeiro
Universidade Federal de Juiz de Fora


Prof.ª Msc. Nayara Peneda Tozei
Universidade Federal de Juiz de Fora

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me ajudar até aqui.

A minha família por serem base do meu crescimento. Não há como medir os esforços e sacrifícios que fizeram para que eu chegasse aqui.

Aos meus amigos de graduação, agradeço pelos melhores anos já vividos, pelo companheirismo e por serem como uma família.

A professora Juliana por sua atenção e disponibilidade em me orientar. Aos membros da banca, Hilton e Nayara, por aceitarem o convite em analisar este trabalho. Aos demais professores pela paciência, dedicação e excelência ao ensinar.

“O verdadeiro homem mede a sua força, quando se defronta com um obstáculo.”

Antoine de Saint-Exupéry

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS E TABELAS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
1. INTRODUÇÃO.....	3
2. REVISÃO DE LITERATURA	5
2.1. A decisão da oferta de trabalho	5
2.2. Evidências empíricas da decisão de oferta de trabalho	7
2.2.1 A decisão das mulheres casadas.....	10
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	13
3.1. Dados e Variáveis.....	13
3.2. Modelo empírico	16
3.2.1 O modelo <i>Logit</i>	16
3.3. Estatísticas descritivas.....	18
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	22
4.1. Mulheres casadas de baixa e alta renda.....	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
ANEXO	35

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Variáveis do modelo.....	15
Tabela 1: Estatísticas descritivas das características das mulheres casadas e residentes em áreas urbanas, em 1999 e 2014.	19
Tabela 2: Modelo Logit para a decisão de entrada da mulher casada no mercado de trabalho, 2014.	23
Tabela 3: Resultado do modelo <i>Logit</i> para as mulheres casadas de baixo e alto nível de renda, Brasil, 2014.....	26
Tabela 4: Resultado do modelo <i>Logit</i> para as mulheres casadas de baixo e alto nível de renda, Nordeste, 2014.....	27
Tabela 5: Resultado do modelo <i>Logit</i> para as mulheres casadas de baixo e alto nível de renda, Sudeste, 2014.....	28

RESUMO

Diante da crescente entrada da mulher cônjuge no mercado de trabalho nos últimos anos, este estudo analisa os determinantes que impactam a decisão mulher em ingressar no mercado de trabalho para o Brasil e para o recorte das regiões Nordeste e Sudeste, nos anos de 1999 e 2014. Especificamente, analisa-se o impacto da renda familiar na decisão de entrada e quais determinantes afetam a decisão das mulheres de faixas mais altas de renda ou nas de faixas mais baixas através da estimacão de um modelo *Logit* para mulheres casadas. Os resultados obtidos apontam que a entrada da mulher no mercado de trabalho se relaciona positivamente com renda familiar, negativamente na presença de filhos pequenos e positiva e significativamente com a escolaridade. Sobre este último, encontra-se uma alta probabilidade da mulher entrar no mercado, especialmente para cada nível adicional de escolaridade. A análise regional aponta para a maior probabilidade de entrada das mulheres residentes na região Sudeste. Em rela o aos determinantes segundo o nível de renda, destaca-se a maior probabilidade de mulheres mais escolarizadas e situadas nas faixas mais altas de renda.

Palavras-Chave: Mercado de trabalho, Mulher casada, Regress o log stica, Renda familiar, Escolaridade.

ABSTRACT

Considering the increasing number of women with spouses in the labor force in recent years, this study analyzes the determinants that impact woman decision-making on joining the workforce in Brazil and in the Southeast and Northeast regions of Brazil between 1999 and 2004. Specifically, it is analyzed the impact of family income on the decision to join the labor force and what determinants affect the decision of women in the highest and the lowest levels of income through a Logit model estimation for married women in urban areas. The results show a positive relation between women's entry into the labor force and their family income, a negative relation to their having small children, and a positive significant relation to their level of education. In relation to education, there is a high probability that women choose to enter the labor force, especially for each additional level of education. That chance increases for women in the Southeast region. In relation to the determinants regarding the level of income, there is a higher chance for women with higher education and higher income.

]]

Keywords: Labour Market, Married Woman, Logistic Regression, Family income, Education level.

1. INTRODUÇÃO

A entrada da mulher no mercado de trabalho tem apresentado crescimento expressivo nos últimos anos (BRUSCHINI, 1998; SCORZAFAVE, 2001; BRUSCHINI e LOMBARDI, 2002; RAMOS, AGUAS e FURTADO, 2011) devido a mudanças culturais, demográficas e econômicas. Seu ingresso nas atividades econômicas intensificou-se a partir dos anos 70 diante do favorável cenário econômico e da reestruturação produtiva pelo qual o país passava (BRUSCHINI e LOMBARDI, 1996). Ademias, mesmo diante o cenário de crise observado nos anos 80, e da abertura econômica, baixo investimento e terceirização da economia nos anos 90, a entrada da mulher no mercado de trabalho continuou crescente (BRUSCHINI e LOMBARDI, 1996; LEONE, 1999). O número de trabalhadoras cresceu a cada ano desde então e estas ocuparam os mais diversos cargos no mercado de trabalho (BRUSCHINI e LOMBARDI, 1996).

Estudos sobre o tema mostram que, dentro desse grupo, destaca-se o aumento na entrada do subgrupo das mulheres casadas (OLIVEIRA e SANTOS, 1990; SEDLACEK e SANTOS, 1991; LEONE, 1999; SCHIMITT e RIBEIRO, 2004; MONTALI, 2006). Segundo Ramos, Aguas e Furtado (2011), em 2008 as mulheres cônjuges representavam 47,4% da participação na força de trabalho. Entretanto, mesmo com sua elevada inserção no mercado de trabalho, cabe destacar que ainda persistem grandes diferenciais quanto a remuneração, a taxa de participação e as condições de trabalho quando elas são comparadas aos homens (CARVALHO, 2010).

Dentro da literatura, uma das possíveis causas para o engajamento da mulher, especialmente a casada, no mercado de trabalho seria sua contribuição na composição do rendimento familiar de modo a manter o bem-estar da família quando ocorre queda do salário ou desemprego do marido. Além da contribuição da mulher aumentar a renda familiar, é importante para reduzir a pobreza das famílias (LEONE, 1999). Além do impacto da renda, outros fatores como fecundidade, nível de escolaridade, responsabilidade com afazeres domésticos e o ciclo de vida são apontados como fatores condicionantes na decisão feminina de entrar no mercado de trabalho (LIMA, 1997).

Haja vista a elevação da entrada da mulher no mercado de trabalho, o objetivo principal deste estudo é verificar quais determinantes afetam a decisão do subgrupo das casadas em entrar no mercado de trabalho, averiguando especialmente o impacto da renda familiar sobre a decisão das esposas. Além disso, o presente estudo pretende apurar quais determinantes afetam a decisão de entrada das mulheres de faixas mais altas de renda e das de faixas mais baixas.

O estudo é realizado para todo o Brasil, dividindo-se posteriormente nas regiões Nordeste e Sudeste. Esse recorte regional tem o objetivo de analisar se existe diferenças no padrão de inserção deste grupo de mulheres no mercado de trabalho entre as regiões. Sua escolha se justifica, pois constituem as maiores aglomerações populacional e econômica do país e são áreas díspares em termos de desenvolvimento econômico. Pretende-se observar se os resultados das análises refletem particularidades de cada região.

Os resultados obtidos apontam para o fato de a renda familiar apresentar efeito positivo, assim o aumento da renda familiar aumenta as chances da mulher casada trabalhar. Analisando as demais características individuais e domiciliares, mulheres mais educadas possuem maior probabilidade de ingressarem no mercado de trabalho e presença de filhos pequenos impactam negativamente em sua decisão. A escolaridade apresenta-se como a principal variável na decisão feminina, tendo a mulher alta probabilidade em entrar no mercado a cada nível adicional de estudo. A análise regional aponta maior propensão de entrada das mulheres residentes na região Sudeste. Ademais, quando se analisa os determinantes que influem na decisão das mulheres segundo suas faixas de renda, o estudo verifica a existência de um diferencial entre as mulheres situadas em estratos mais baixos de renda e o mais alto.

Este trabalho encontra-se dividido em cinco seções além desta introdução. A seção dois compreende a revisão de literatura, enquanto a terceira seção apresenta a base de dados, o método de análise utilizado e as estatísticas descritivas. A quarta seção analisa os resultados encontrados. Por fim, a quinta seção reporta as considerações finais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. A decisão da oferta de trabalho

Muitos modelos teóricos buscam analisar como se dá a oferta de trabalho de um indivíduo, dentre eles, destaca-se o modelo da teoria neoclássica. Esse modelo explica como um indivíduo aloca sua mão de obra ao decidir entre investir seu tempo na obtenção de recursos monetários para satisfazer seu consumo por bens e serviços ou direcioná-lo para atividades de lazer (BORJAS, 2012).

No modelo neoclássico¹ da escolha entre trabalho-lazer, a oferta de trabalho está associada à maximização de utilidade, a qual é função da quantidade de bens consumidos (C) e das horas de lazer (L). Este modelo pode ser representado da seguinte forma:

$$\text{Max } U(C, L) \quad (1)$$

Dada a pressuposição de uma taxa salarial constante, a maximização da utilidade do indivíduo está sujeita a uma restrição orçamentária que depende do quanto será consumido (C), preço do trabalho (w), da renda não-laboral² (V) e do tempo disponível (T), a qual é dada por:

$$C = w(T - L) + V \quad (2)$$

A equação acima representa a restrição existente entre o consumo de bens e o consumo de horas de lazer de um indivíduo em relação ao seu tempo e renda. Neste caso, se o indivíduo opta por não trabalhar, destinando todo seu tempo disponível para o lazer (T=L), ele conseguiria consumir somente o permitido pela sua renda não-trabalho (V). No entanto, se a pessoa abdica de horas de lazer, ela se desloca ao longo da linha de restrição orçamentária obtendo uma renda salário, que é o preço do trabalho (w) vezes o número de horas trabalhadas (T-L=H). O salário permite consumir unidades adicionais de bens. Note que T=H+L representa a divisão do tempo disponível de um indivíduo (T) em atividades dedicadas ao mercado de trabalho (H) e a atividades de lazer (L).

Assim, associa-se ao tempo escolhido para o lazer uma taxa de salário, que impactará a decisão dos indivíduos, de acordo com o processo de maximização acima. O custo de oportunidade das horas de lazer que uma pessoa despense, por sua vez, é o salário que poderia receber caso dedicasse esse tempo no mercado de trabalho.

Seguindo a condição de primeira ordem, a maximização da utilidade ocorre no ponto em que:

¹ A descrição do modelo neoclássico está baseada em BORJAS (2012).

² Renda não-trabalho são rendimentos provenientes de atividades não laborais como aluguéis, pensões e juros.

$$\frac{\partial U/\partial L}{\partial U/\partial C} = w \quad (3)$$

Ou seja, a razão entre as utilidades marginais de consumo e lazer, que é a taxa marginal de substituição do consumo (TMS) é igual a taxa salarial. Graficamente, esta condição implica a tangência entre a curva de indiferença e a curva de restrição orçamentária, sendo essa condição satisfeita somente para o caso de soluções interiores.

O caso em que o indivíduo não participa do mercado de trabalho é dado pela solução de canto. Nesta, são ofertadas zero horas de trabalho pois a inclinação da curva de utilidade é superior à inclinação da restrição orçamentária, deste modo, a TMS é maior que os preços relativos, fazendo com que o indivíduo opte por não entrar no mercado de trabalho.

A taxa marginal de substituição representa ainda o salário de reserva, ou seja, a taxa salarial mínima exigida pelo indivíduo como remuneração para ofertar sua mão de obra no mercado de trabalho, sendo o valor mínimo necessário para torná-lo indiferente entre trabalhar ou não. Isto posto, a decisão de trabalhar é baseada na comparação do salário oferecido pelo mercado e o salário de reserva. Assim, para que uma pessoa decida se entra no mercado de trabalho e quantas horas de trabalho ofertará, o salário de mercado deve exceder o salário de reserva (KILLINGSWORTH e HECKMAN, 1986; PENCAVEL, 1986; BLUNDELL e MACURDY, 1999; SCORZAFAVE e MENEZES-FILHO, 2001; COSTA, 2007; MONTE, RAMALHO e PEREIRA, 2011; BORJAS, 2012).

O salário de reserva pode ser afetado por características individuais e/ou domiciliares e barreiras culturais e/ou econômicas. Com base nos fatores que afetam o salário de reserva de um indivíduo e sua comparação com o salário oferecido pelo mercado é possível analisar a probabilidade de entrada no mercado de trabalho, sendo os mais propensos a trabalharem, aqueles que possuem baixo salário de reserva (COSTA, 2007). Um exemplo de barreira cultural é o cuidado com os afazeres domésticos ser imposto a algum grupo, o que vai afetar o número de horas disponíveis para o trabalho. No caso das mulheres, as atividades domésticas tendem a elevar o seu salário de reserva e, por consequência, afetar negativamente a sua decisão de trabalhar, uma vez que culturalmente se espera maior dedicação dela a esta atividade (SCORZAFAVE, 2001; COSTA, 2007).

A discriminação e a segmentação do mercado de trabalho são apontadas como fatores econômicos que influenciam a decisão dos indivíduos. O diferencial de salário por sexo resultante da discriminação impacta negativamente a decisão de ingresso feminino devido ao baixo salário potencial que a mulher recebe, mesmo possuindo características produtivas semelhantes às dos homens (KON, 2002; COSTA, 2007). A mulher oferta seu trabalho com

base no salário de reserva, nas suas preferências e expectativas sobre o salário potencial. Além disso, quando a utilidade que a mulher atribui às outras atividades que não o trabalho for alta, ela opta por não entrar no mercado de trabalho (MONTE, RAMALHO e PEREIRA, 2011).

Analogamente, a análise da alocação do tempo individual pode ser estendida ao contexto familiar. Neste caso, o processo decisório ocorre no interior da família, ou seja, esta age como um único agente tomador de decisão. A maximização da função utilidade da família sobre as decisões de consumo e lazer, dada sua restrição orçamentária, definirá a oferta de trabalho dos indivíduos da família. Contudo, como a decisão de oferta de trabalho é tomada coletivamente, caso um dos membros opte por não cooperar, a família não obterá o mesmo nível que maximizaria sua utilidade caso estivessem em um cenário de cooperação (FERNANDES, 2008; MACIEL, 2008).

2.2 Evidências empíricas da decisão de oferta de trabalho

O estudo da oferta de trabalho é fundamental para entender o comportamento dos indivíduos perante um conjunto de determinantes que influem em sua decisão de entrar no mercado de trabalho, sendo esses determinantes representados por suas preferências, características individuais e pelo salário potencial almejado (MONTE, RAMALHO e PEREIRA, 2011). Alguns estudos buscam analisar a decisão de oferta de trabalho dos indivíduos durante o seu ciclo de vida. Nestes observa-se que o pico de entrada no mercado de trabalho ocorre na idade em que o salário se apresenta mais alto, enquanto as atividades de lazer aumentam em épocas que o salário de mercado está em um patamar mais baixo (HECKMAN, 1974; MACURDY, 1981). Dessa forma, na análise dos perfis de idade-salário, os jovens tendem a ter um menor salário, o qual é crescente neste período de vida. Já pessoas adultas tendem a ter salários maiores, mas em trajetórias decrescentes e, com isso, depois de um limite, o salário passa a diminuir à medida que os indivíduos ficam mais velhos (BORJAS, 2012).

A oferta de trabalho de um indivíduo é também diretamente afetada pelo nível educacional, já que o aumento de conhecimento e habilidade do trabalhador eleva sua produtividade e, conseqüentemente, o seu rendimento, de modo que rendimentos mais elevados aumentam a probabilidade de o indivíduo entrar no mercado de trabalho (FIGUEREDO NETO, 1998; BALASSIANO, SEABRA e LEMOS, 2005; BORJAS, 2012). Além do investimento em educação, o treinamento é outra forma de investimento em capital humano, já que promove conhecimento e experiência ao fornecer habilidades aos indivíduos, o que também proporciona

retornos salariais positivos elevando a oferta de trabalho (PSACHAROPOULOS, 1976; FIGUEREDO NETO, 1998).

Figueredo Neto (1998) encontra sinais positivos ao estimar o impacto da educação e experiência sobre a decisão de entrada no mercado de trabalho. Mas ao analisar a variável experiência elevada ao quadrado o autor encontra um sinal negativo, o que aponta para um menor ingresso no mercado de trabalho a partir de uma certa experiência devido à depreciação do capital humano e aos seus retornos decrescentes.

Fontes de renda não-trabalho, como os programas de transferências de renda, podem alterar os incentivos do trabalhador ao desestimular a oferta por trabalho remunerado por produzirem um efeito renda puro aumentando o tempo dedicado ao lazer (MACIEL, 2008; TEIXEIRA, 2011). Ao estimar o impacto destas transferências pecuniárias, alguns estudos não encontram evidências imediatas de seus efeitos na decisão de ingresso no mercado de trabalho, contudo, é observado uma redução no número de horas da jornada de trabalho dos indivíduos (TEIXEIRA, 2011; FERNANDEZ e SALDARRIAGA, 2014).

Por sua vez, Ribas e Soares (2011) encontram relação negativa entre o recebimento dos benefícios e a decisão de trabalhar, além de reforçarem o impacto negativo sobre a diminuição das horas trabalhadas. Os autores salientam ainda que a análise do efeito da transferência de renda em áreas metropolitanas se difere dos efeitos verificados em áreas rurais, uma vez que enquanto nas áreas metropolitanas a tendência é que os indivíduos optem por não trabalhar, nas áreas rurais ocorreria o contrário.

No tocante às características que exercem influência sobre a decisão dos homens e das mulheres em entrarem no mercado de trabalho, destaca-se uma diferença expressiva. Mesmo que os dois sexos tenham características produtivas semelhantes, pode haver diferenças na sua forma de inserção devido ao custo de oportunidade de trabalhar em relação a outras atividades. Por exemplo, enquanto as mulheres, por questões culturais, ocupam-se com os cuidados domésticos, os homens, por sua vez, atribuem alto custo de oportunidade a estas atividades de forma que dedicam mais tempo ao mercado de trabalho, dessa forma, apresentam uma carga de trabalho doméstico significativamente menor que as mulheres (BARROS *et. al*, 2001; MADALOZZO *et. al*, 2010; JABLONSKI, 2010).

Observa-se, portanto, que enquanto os homens ocupam em média 10 horas por semana com as atividades domésticas, as mulheres dedicam a esta atividade aproximadamente 20 horas (MADALOZZO *et. al*, 2010; JABLONSKI, 2010), ao passo que, no que se refere à jornada de horas de trabalho remunerado, os homens trabalham em torno de 40 horas semanais enquanto as mulheres trabalham um período menor de horas, em média 36 horas por semana (BARROS

et. al, 2001; SORJ, FONTES e MACHADO, 2007). A conciliação entre a entrada no mercado de trabalho e a responsabilidade pelas atividades domésticas se configura em uma dupla jornada de trabalho, sendo mais comum entre as mulheres, o que revela uma jornada de atividades superior à dos homens (GOLDANI, 2000; SORJ, 2008).

Ademais, no caso da mulher, cabe destacar que a presença de filhos afeta negativamente as horas que dedica ao mercado de trabalho uma vez que esta aumenta os afazeres domésticos devido a maior responsabilidade que lhe são atribuídas na criação das crianças. O mesmo não ocorre necessariamente no caso do homem (FIGUEREDO NETO, 1998; LEONE e BALTAR, 2006; MADALOZZO *et. al*, 2010). Além de impactar a jornada de horas de trabalho das mulheres, o efeito maternidade desencadeia um diferencial entre as mulheres que têm filhos e as que não têm, observando-se uma maior entrada e jornada de trabalho das mulheres que não possuem filhos (PAZELLO e FERNANDES, 2004).

A fertilidade possui grande influência sobre a oferta de trabalho, pois a opção por ter filhos requer tempo disponível dos pais para que estes promovam a sua criação e, assim acabam por diminuir o tempo que se dedicam ao trabalho, gerando um custo de oportunidade sobre seus ganhos salariais. Além disso, as crianças representam um custo efetivo devido a necessidade de atender suas condições essenciais de vida como roupa, alimentação e educação, o que, conseqüentemente, eleva os gastos totais da família (BECKER e LEWIS, 1973; BORJAS, 2012). A posição do indivíduo na família por sua vez, impacta a decisão de oferta de trabalho, sendo o portador da posição de chefe a pessoa com maior probabilidade de entrada no mercado de trabalho se comparado com os demais membros, por ser este o responsável principal na geração do orçamento familiar (FIGUEREDO NETO, 1998).

No que tange a idade, a entrada dos homens no mercado de trabalho ocorre de forma regular atingindo seu pico na faixa de idade entre 30 a 40 anos. As mulheres por sua vez apresentam elevada entrada no mercado na faixa dos 25 anos, contudo, estas posteriormente saem do emprego para se dedicar às atividades domésticas como, por exemplo, o cuidado com os filhos. Em seguida reingressam no mercado de trabalho onde seu pico de entrada é atingido entre os 30 e os 39 anos de idade (BRUSCHINI, 1994, SCORZAFAVE e MENEZES-FILHO, 2001).

Vale ressaltar que o salário é a variável que exerce maior influência na decisão dos indivíduos, principalmente das mulheres, pois é a partir da comparação do retorno esperado da atividade laboral em relação a alocação de tempo em atividades domésticas que ela decide se ingressa no mercado de trabalho (BARROS *et. al*, 2001).

Em relação a decisão de entrada no mercado de trabalho com base nos salários por sexo, enquanto a decisão do homem é influenciada por variáveis relacionadas com a estrutura do mercado de trabalho, como o tamanho da empresa e grau de concentração do produto de mercado, a determinação da entrada da mulher é permeada por características individuais, em especial, a escolaridade (CAMARGO e SERRANO, 1983). As mulheres apresentam mais anos de estudos se comparadas aos homens, possuindo em média 11 anos ou mais de instrução (KON, 2002; SOARES e IZAKI, 2002). Relações positivas entre altos níveis de escolaridade e a probabilidade de entrada da mulher no mercado de trabalho são apontados por diversos trabalhos (SCORZAFAVE e MENEZES-FILHO, 2001; BRUSCHINI e LOMBARDI, 2002; SOARES e OLIVEIRA, 2004; RAMOS, AGUAS e FURTADO, 2011).

Apesar do alto nível educacional e de sua importância na determinação do ingresso no mercado de trabalho, cabe destacar que ainda existem diferenças no rendimento entre os sexos, isto é, os rendimentos da mulher são inferiores ao dos homens para todos os níveis educacionais (CAVALIERI e FERNANDES, 1998; KON, 2002; LEONE e BALTAR, 2006). Uma das explicações para esse hiato salarial existente entre os sexos é a segregação ocupacional persistente no mercado de trabalho, sendo o salário das mulheres mais baixos que dos homens devido elas serem alocadas em ocupações hierarquicamente inferiores (BARROS *et al*, 2001).

2.2.1 A decisão das mulheres casadas

Analisando o comportamento específico da mulher ao seguir o modelo patriarcal em que ela é responsável pela esfera doméstica, a sua entrada no mercado de trabalho está condicionada a variáveis individuais e domiciliares. Variáveis como a idade, escolaridade, posição na família e presença de filhos, associadas à condição econômica da família influencia a decisão da mulher de se direcionar ou para atividades domésticas ou para o mercado produtivo (BRUSCHINI, 1994).

Neste contexto, o estado civil da mulher tem importante influência em sua decisão, podendo as mulheres serem categorizadas em mulheres solteiras, desquitadas e/ou divorciadas, mulheres casadas, mulheres chefes de família sem cônjuge e viúvas. No caso das mulheres solteiras, desquitadas e/ou divorciadas por haver ausência de marido, o tempo que destinam à realização das atividades domésticas é menor por não terem uma renda complementar disponível e necessitarem auferir renda, assim, estas mulheres são mais propensas a entrarem no mercado de trabalho (OLIVEIRA e SANTOS, 1990).

De forma semelhante, as mulheres chefes de família sem cônjuge, por serem o principal membro responsável pelo sustento do domicílio, tem elevado ingresso no mercado de trabalho. As mulheres casadas, por sua vez, se comparadas aos demais subgrupos de mulheres, são as que apresentam, em termos relativos, a maior entrada no mercado de trabalho (MOREIRA e CIRINO, 2012). Os determinantes que influem na decisão da mulher casada em ingressar no mercado de trabalho é tema de estudos nacionais como Oliveira e Santos (1990), Lima (1997), Scorzafave e Menezes-Filho (2001), Costa (2007) e Ramos, Aguas e Furtado (2011) e na literatura internacional destaca-se os estudos de Killingsworth e Heckman (1986) e Lombard (1999).

Um dos principais motivos apontados na literatura nacional para a elevada entrada da mulher casada no mercado de trabalho seria a recomposição da renda familiar resultante da queda do salário ou desemprego do marido (SADLACEK e SANTOS, 1991; JATOBÁ, 1994; MONTALI, 2006). Neste contexto, o homem ocupa o papel social de chefe do núcleo familiar sendo o responsável pelos seus proventos. Dessa forma, em momentos de contração da renda a tendência é que os demais membros, em geral a esposa, procurem por trabalho para manter o mesmo padrão de consumo e bem-estar da família (SCHIMITT e RIBEIRO, 2004; MONTALI, 2006; ABRAMO, 2007).

No caso brasileiro, a recomposição mesmo que parcial da renda familiar proveniente dos rendimentos obtidos pelas mulheres casadas foi especialmente importante a partir dos anos 80, uma vez que evitou que o empobrecimento das famílias se generalizasse pelo país (LEONE, 1999). Além disso, esta autora salienta que o complemento da renda proveniente do trabalho da mulher é mais expressivo em famílias de estratos de rendas inferiores, enquanto Ramos e Soares (1994) e Costa (2007) encontram uma maior probabilidade de inserção de mulheres de camadas mais altas de renda.

Montali (2006) analisando o ingresso tanto das mulheres casadas quanto das chefes de família sem cônjuge para a Região Metropolitana de São Paulo chega à mesma conclusão que Leone (1999). Segundo a autora, nos anos 2000, 40% das mulheres cônjuges encontravam-se inseridas no mercado, já as chefes sem cônjuge apresentavam 60% de participação no mercado de trabalho. Observou-se que a provisão do trabalho da mulher se deu diante da diminuição da participação de outros membros da família no mercado de trabalho, chefes e filhos. Vale ressaltar, contudo, que as mulheres casadas ingressam no mercado de trabalho não somente para a complementação de renda devido a queda do rendimento familiar. A sua entrada pode também se dar para formar a renda familiar, uma vez que a renda proveniente de seu trabalho

ajuda a família a galgar níveis de renda superior (BRUSCHINI, 1994; HOFFMAN e LEONE, 2004; COSTA, 2007).

Quanto ao papel da maternidade, ressalta-se o impacto que esta possui sobre a decisão da mulher casada de entrar no mercado de trabalho depende da idade dos filhos, já que quanto menor for a idade destes, maior é o tempo despendido para seus cuidados, o que afeta negativamente a decisão da mulher de ingressar no mercado de trabalho (PAZELLO e FERNANDES, 2004; SOUZA, RIOS-NETO e QUEIROZ, 2011). Entretanto, a partir do momento que os filhos completam mais de 6 anos de idade, há uma tendência de liberação da mulher para o mercado de trabalho, já que, a partir dessa idade as crianças passam a frequentar creches e pré-escolas (COSTA, 2007; CARVALHO, 2010).

Sendo a mulher considerada a figura responsável pelo cuidado com as crianças, o efeito marginal de se ter mais um filho diminui a probabilidade de esta entrar no mercado de trabalho (MONTE, 2011; SOUZA, RIOS-NETO e QUEIROZ, 2011). Diversas literaturas (RIOS-NETO e WAJNMAN, 1996; LIMA, 1997; MONTE, 2011) encontram relação negativa entre a entrada da mulher no mercado de trabalho e a presença de filhos. Segundo Carvalho (2010), no Brasil a queda do número de filhos observada no decorrer dos anos é atribuída a presença da mulher no mercado de trabalho e sua mudança de papel na família, onde os novos arranjos familiares³ são observados. A queda da fecundidade brasileira pode ser observada desde os anos 60, intensificando-se a partir dos anos 70, passando de 4,4 para 2,5 filhos, atingindo no ano de 2006 o número de 1,8 filhos por mulher (BRUSCHINI, 1998; CARVALHO, 2010).

³ Os novos arranjos familiares são aqueles que se referem a estrutura familiar composta por casal e um filho, casal sem filhos, domicílio unipessoal e família reconstituída (CARVALHO, 2010).

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1. Dados e Variáveis

A base de dados utilizada neste estudo é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa de Geografia e Estatística (IBGE), a PNAD faz um levantamento anual, exceto em anos de Censo Demográfico, em todo o território nacional das características gerais da população, tais como educação, trabalho, rendimento e habitação. A escolha dessa base se dá diante conjunto de informações disponibilizadas sobre a população brasileira e devido a sua periodicidade que permite a utilização de dados atualizados. Por ser uma amostragem, para representar a população são considerados os pesos e estratos na estimação das medidas descritivas e dos parâmetros.

A análise deste estudo concentra-se nas mulheres casadas pertencentes as áreas urbanas, considerando os anos de 1999 e 2014 para a construção das estatísticas descritivas. A estimação da probabilidade de a mulher ingressar no mercado de trabalho, por sua vez, foca no último ano analisado e, como se deseja analisar o comportamento do grupo das mulheres casadas, os indivíduos nas demais posições na família foram desconsiderados. Utiliza-se a variável sexo para identificar quais indivíduos são mulheres e a variável condição na família para identificar o grupo das mulheres casadas⁴. A opção por essa última variável decorre do fato de a PNAD 1999 não possuir a variável estado civil.

Para 2014, o tamanho final da amostra é de 49.194 observações, correspondente à população de 28.249.990 mulheres. Os dados se restringem às áreas urbanas devido às particularidades da área rural, na qual é comum o trabalho baseado na agricultura familiar, além de existir um constante deslocamento dos camponeses para as áreas urbanas à procura de trabalho (MIRANDA, 1975).

O quadro 1 apresenta as variáveis utilizadas e seus sinais esperados. Como variável dependente constrói-se uma variável binária para indicar a probabilidade de a mulher entrar no mercado de trabalho, assim, esta *dummy* assume o valor 1 se a mulher entra no mercado de trabalho e 0, caso contrário. Como variáveis explicativas utiliza-se renda familiar *per capita* líquida, renda não-laboral da mulher, idade, idade elevada ao quadrado, escolaridade, presença de filhos pequenos e controle por raça.

⁴ Segundo o IBGE, o conceito cônjuge (casado) significa pessoa, homem ou mulher, que vive conjugalmente com o chefe do domicílio. Os demais grupos representam mulheres chefes/ responsável pelo domicílio, filha, outro parente, agregado, pensionista, empregado doméstico.

A variável renda familiar *per capita* líquida foi construída a partir da renda total da família, subtraída a renda da mulher, dividida pelo total de pessoas na família. Em relação a esta, espera-se um sinal negativo, pois presume-se existência de uma relação inversa entre a decisão da mulher entrar no mercado e a queda da renda familiar, de modo que a entrada da mulher no mercado de trabalho surge como forma de recompor o rendimento familiar (SCHIMITT e RIBEIRO, 2004). A construção desta variável baseia-se no trabalho de Scorzafave e Menezes-Filho (2001), porém, no presente caso, utiliza-se a renda familiar e o total de pessoas na família ao invés de variáveis de domicílio, devido a PNAD 1999 não ter a variável total de pessoas no domicílio. Além disso, foram excluídas rendas superiores a R\$30.000 para se obter uma amostra homogeneizada e eliminar a presença outliers, os quais podem trazer viés às estimativas.⁵

Com respeito a renda não-laboral (pensões, aluguéis, juros, etc), espera-se uma relação inversa com a decisão da mulher em entrar no mercado de trabalho, ou seja, quanto menor a renda não-laboral, menor será o salário de reserva da mulher e maior será sua probabilidade de ingresso no mercado de trabalho (COSTA, 2007).

Para analisar a associação entre a educação e a oferta de trabalho da mulher, construíram-se variáveis *dummies* para níveis de escolaridade: sem instrução ou menos de 1 de ano de estudo, 1 a 3 anos de estudos, 4 a 7 anos de estudos, 8 a 10 anos de estudo, 11 a 14 anos de estudo e 15 ou mais anos de estudo. Espera-se dessas variáveis sinais positivos pois omitte-se o grupo sem instrução ou menos de um ano de estudo como controle, pois indivíduos mais educados têm maior probabilidade de entrar no mercado de trabalho devido às melhores remunerações recebidas e a maior receptividade que recebem no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 1998; BRUSCHINI e LOMBARDI, 2002).

Por meio da variável idade e da inclusão de seu termo quadrático, busca-se captar o formato de U invertido da idade em relação a entrada no mercado de trabalho, formato este que representa o “ciclo de vida” da produtividade do trabalhador. Assim, inicialmente, a idade tem um sinal positivo e a partir de determinado ponto ela passa a ter efeito negativo sobre a probabilidade de o indivíduo ingressar no mercado de trabalho (MINCER, 1958).

Com relação a variável filhos, deseja-se examinar se a entrada da mulher é impactada de acordo com a idade dos filhos. Assim, cria-se uma variável *dummy* que assume valor 1 se o último filho da mulher tem entre 0 a 6 anos e 0, caso contrário. Pressupõe-se que quanto menor

⁵ O critério utilizado para a detecção dos outliers foi baseado na análise dos valores extremos da amostra e visualização da distribuição das observações através da análise gráfica do diagrama de dispersão. No total foram eliminados 468 outliers.

a idade dos filhos, mais estes necessitam de atenção e cuidados, o que reduz a probabilidade de entrada da mulher no mercado de trabalho (SCORZAFAVE e MENEZES-FILHO, 2001). Ademais, utiliza-se como variável de controle uma *dummy* de raça do indivíduo a qual assume valor 1 para o grupo de pessoas brancas e 0 para as outras classificações de raça. Assim, espera-se que o sinal seja positivo, isto é, pessoas brancas tenham maior probabilidade de entrar no mercado de trabalho em relação as pessoas não brancas, devido a existência de discriminação racial contra outros grupos (SOARES, 2000; MATOS e MACHADO, 2006).

Quadro 1: Variáveis do modelo

Variável	Descrição	Sinal Esperado
Y	Variável Dependente = 1 se mulher casada entra no mercado de trabalho e 0, caso contrário	-
Renda familiar per capita líquida	Renda total da família subtraída da renda da mulher, dividida pelo total de pessoas na família, em (R\$)	Negativo
Renda não-laboral	Pensão, aposentadoria, aluguel, etc., em (R\$)	Negativo
Idade	Idade	Positivo
Idade²	Idade ao quadrado	Negativo
Escolaridade	<i>Dummies</i> de anos de estudo = 1 se sem instrução e 0, caso contrário = 1 se 1 a 3 anos de estudo e 0, caso contrário = 1 se 4 a 7 anos de estudo e 0, caso contrário = 1 se 8 a 10 anos de estudo e 0, caso contrário = 1 se 11 a 14 anos de estudo e 0, caso contrário = 1 se 15 anos de estudo e 0, caso contrário	Negativo Positivo Positivo Positivo Positivo Positivo
Filhos	<i>Dummy</i> de presença de filhos pequenos = 1 se 0 a 6 anos de idade e 0, caso contrário	Negativo
Raça	Etnia = 1 se indivíduo é branco e 0, caso contrário	Positivo

Fonte: Elaboração própria.

3.2 Modelo empírico

A regressão a ser estimada apresenta a seguinte forma:

$$Y = f(R_{fam}, RN_f, I, I^2, Ed, F, Rc, \varepsilon)$$

onde, $Y = 1$, se a mulher casada entra no mercado de trabalho e $Y = 0$, se a mulher casada não entra no mercado de trabalho. Esta é função de: R_{fam} , que representa a renda familiar *per capita* líquida; RN_f que é renda não laboral da mulher; I que é a idade da mulher casada; I^2 que é a idade da mulher casada elevado ao quadrado; Ed que representa a escolaridade da mulher casada por faixas de anos de estudo; F que constitui a presença de filhos entre 0 a 6 anos; Rc que representa a raça da mulher e ε que corresponde ao erro aleatório.

A regressão é especificada, portanto, da seguinte forma:

$$Y = \alpha + \beta_1 R_{fam} + \beta_2 RN_f + \beta_3 I + \beta_4 I^2 + \beta_5 Ed_{1-3} + \beta_6 Ed_{4-7} + \beta_7 Ed_{8-10} + \beta_8 Ed_{11-14} + \beta_9 Ed_{15} + \beta_{10} F_{0-6} + \beta_{11} Rc + \varepsilon \quad (1)$$

onde α é a constante do modelo e os β 's são os parâmetros a serem estimados.

Buscando analisar os fatores que influenciam a decisão da mulher de entrar no mercado de trabalho, o método adotado neste estudo compreende a utilização de um modelo *Logit*, onde a variável dependente é binária, isto é, assume valores [0,1], sendo o valor 1 se a mulher casada entra no mercado de trabalho e 0, caso contrário. A vantagem desse modelo é que ele confere valores probabilísticos da decisão da mulher em ingressar no mercado de trabalho diante de um conjunto de características.

3.2.1 O modelo *Logit*⁶

O *Logit* é um modelo de resposta binária que permite verificar a probabilidade de resposta mediante um conjunto de variáveis explicativas, tal que:

$$P(y_i = 1|\mathbf{x}) = P(y_i = 1|x_1, x_2, \dots, x_k) \quad (2)$$

O modelo de resposta binária pode ser considerado como:

$$P(y_i = 1|\mathbf{x}) = G(\beta_0 + \beta_1 x_{1i} + \dots + \beta_k x_{ki}) = G(\beta_0 + \boldsymbol{\beta} \mathbf{x}_i) \quad (3)$$

$i = 1, 2, 3 \dots k$

⁶ Está subseção está baseada em GUJARATI (2008) e WOOLDRIDGE (2014).

Onde, G é uma função que assume valores entre zero e um ($0 < G(z) < 1$), para todos os números z reais e $\boldsymbol{\beta}$ indica um vetor $k \times 1$ de parâmetros e \mathbf{x}_i o i -ésimo vetor de observações, sendo $\boldsymbol{\beta}\mathbf{x}_i = \beta_1 x_{1i} + \dots + \beta_k x_{ki}$.

No modelo *Logit* a variável dependente (y_i) é tida como uma manifestação observável de uma variável não observável (y_i^*), determinada por:

$$y_i^* = \beta_0 + \boldsymbol{\beta}\mathbf{x}_i + \varepsilon_i, y = 1[y_i^* > 0] \quad (4)$$

Onde introduzimos a notação $1[\cdot]$ para definir um resultado binário, sendo essa notação chamada de *função indicadora*, que assume valor 1 se o evento entre colchetes ocorre e 0, caso contrário. Portanto,

$$y_i = \begin{cases} 1, & \text{se } y_i^* > 0 \\ 0, & \text{se } y_i^* \leq 0 \end{cases} \quad (5)$$

Pressupõe-se que ε_i independe de \mathbf{x} e possui distribuição normal padrão. A partir da equação (4) deriva-se a probabilidade de resposta de y_i :

$$\begin{aligned} P(y_i = 1|\mathbf{x}) &= P(y_i^* > 0|\mathbf{x}) = P(\beta_0 + \boldsymbol{\beta}\mathbf{x}_i + \varepsilon_i > 0|\mathbf{x}) \\ &= P[\varepsilon_i > -(\beta_0 + \boldsymbol{\beta}\mathbf{x}_i)|\mathbf{x}] \\ &= 1 - G[-(\beta_0 + \boldsymbol{\beta}\mathbf{x}_i)] = G(\beta_0 + \boldsymbol{\beta}\mathbf{x}_i) \end{aligned} \quad (6)$$

O modelo de resposta binária tem como objetivo explicar os impactos de x_i sobre a probabilidade de resposta $P(y_i=1|\mathbf{x})$.

Devido sua natureza não linear, para garantir que as probabilidades da função G estejam estritamente entre 0 e 1, neste modelo G segue a seguinte função de distribuição normal acumulada (FDA):

$$G(z) = \frac{\exp(z)}{1 + \exp(z)} \quad (7)$$

Em que, $z = \beta_0 + \boldsymbol{\beta}\mathbf{x}_i$, G é uma função que cresce rapidamente com $z = 0$. O valor de z varia entre $-\infty$ a $+\infty$, de modo que, $G(z) \rightarrow 0$ quando $z \rightarrow -\infty$ e $G(z) \rightarrow 1$ quando $z \rightarrow \infty$.

Devido a sua não linearidade, a estimação do modelo *Logit* é realizada através do método de máxima verossimilhança, que é descrito como:

$$L = \prod_{i=1}^n P_i^{y_i} (1 - P_i)^{1-y_i} \quad (8)$$

Reescrevendo:

$$L = \prod_{i=1}^n G(\beta' x_i)^{y_i} [1 - G(\beta' x_i)]^{1-y_i} \quad (9)$$

Os estimadores de máxima verossimilhança do vetor β , representado por $\hat{\beta}$, maximizam a função L. Para determinar o máximo da função de máxima verossimilhança, aplicamos o logaritmo:

$$\ln L = \sum_{i=1}^n y_i \ln[G(\beta' x_i)] + (1 - y_i) \ln[1 - G(\beta' x_i)] \quad (10)$$

Estando $G(\cdot)$ estritamente no intervalo entre 0 e 1 no modelo, a função L será bem definida para todos os valores de β .

Cabe ressaltar que em modelos de variáveis qualitativas o efeito da resposta da variável dependente dada uma variação nas variáveis explicativas não é interpretada como no modelo linear. Assim, para modelos dessa natureza, analisa-se a probabilidade de resposta através do *odds ratio* (razão de chance), que é a probabilidade de um evento ocorrer em relação a outro, dado pela razão:

$$rr = \frac{P_j}{1 - P_j} \quad (11)$$

Onde P_j é a probabilidade de o evento ocorrer e $1 - P_j$ é a probabilidade de o evento não ocorrer. Sua interpretação pode ser realizada em forma de percentual que fornece a probabilidade da categoria analisada em função das variações nas variáveis explicativas, dado por:

$$(\text{odds ratio} - 1) * 100 \quad (12)$$

3.3 Estatísticas descritivas

A seguir, a tabela 1 exibe as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas. Sobre as variáveis de caráter binário reporta-se suas respectivas proporções e em relação as variáveis contínuas, suas médias e desvio-padrão. Observa-se o aumento da escolaridade feminina, enquanto a maior parte das mulheres em 1999 tinham entre 4 a 7 anos de estudos, em 2014, a maioria tinha 11 anos de estudo ou mais. Isso pode estar relacionado a recente ampliação do acesso à educação observada no Brasil no período entre 1992 a 2007 (CASTRO, 2009). No ano

de 1999 a proporção de mulheres casadas com filhos na idade entre 0 a 6 anos era de 43,43%, em 2014 apenas 28% das mulheres tinham filhos nessa idade. Essa queda no número de filhos pequenos foi observada também por Ramos, Aguas e Furtado (2011) que a justificam pela transição demográfica.

Tabela 1: Estatísticas descritivas das características das mulheres casadas e residentes em áreas urbanas, em 1999 e 2014.

Variáveis	Brasil		Nordeste		Sudeste	
	1999	2014	1999	2014	1999	2014
Total de observações	23.869.238	28.249.990	5.022.357	6.077.819	11.892.649	13.510.884
Proporções (%)						
Anos de estudo						
Sem instrução e menos de um ano	10,94	6,57	19,38	11,06	8,06	4,81
1 a 3 anos de estudo	14,03	6,75	16,81	8,88	13,27	6,05
4 a 7 anos de estudo	33,69	20,78	29,09	20,71	35,11	20,67
8 a 10 anos de estudo	15,44	16,48	11,77	15,36	16,39	16,75
11 a 14 anos de estudo	19,38	35,68	18,38	33,77	20,05	36,78
15 ou mais anos de estudo	6,21	13,61	4,33	0,99	6,89	14,85
Sem declaração	0,031	0,14	0,024	0,26	0,023	0,9
Filhos						
0 a 6 anos	43,43	28,42	47,95	31,08	39,99	26,53
7 a 17 anos	56,57	71,58	52,05	68,92	60,01	73,47
Raça (branco)	60,97	51,24	34,16	30,04	68,84	56,77
Região Metropolitana	35,93	33,37	26,75	25,59	48,18	44,53
Região						
Centro-Oeste	7,27	8,07				
Norte	5,16	6,65				
Nordeste	21,04	21,51				
Sudeste	49,82	47,83				
Sul	16,71	15,94				
MÉDIA						
Idade	39,8	42,9	38,7	41,7	41,1	44,1
	(0,0978)	(0,0717)	(0,1427)	(0,1472)	(0,1742)	(0,1161)
Renda familiar <i>per capita</i> líquida (R\$)	274,31	963,51	170,05	689,80	320,60	1.044,75
	(2,1345)	(0,1185)	(2,7340)	(13,7787)	(3,6256)	(0,2113)
Renda não-laboral (R\$)	327,03	712,83	276,35	479,76	363,50	905,37
	(9,9206)	(0,1535)	(0,1838)	(0,1690)	(10,1716)	(0,3372)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pnad. Desvio-padrão entre parênteses.

Dentre as regiões brasileiras, para os dois anos de análise, as maiores concentrações de população ainda estão no Sudeste e Nordeste, havendo aumentos relativos nas regiões Norte e Centro-Oeste. O Sudeste concentra a maior produção industrial e agropecuária do Brasil de modo que a dinamização da indústria nessa região resulta em movimentos migratórios que

augmentam a concentração populacional na região (CAMARANO e BELTRÃO, 2000). No que se refere a localização em regiões metropolitanas, em média, 36% das mulheres estão localizadas nessas áreas. A idade média da mulher brasileira apresentou aumento, passando de 39,8 para 42,9 anos. Isso pode ter ocorrido devido ao novo padrão demográfico brasileiro em que observa-se o envelhecimento da população e queda nas taxas de mortalidade e fecundidade (DIEESE, 2012).

No que tange a renda familiar *per capita* líquida, esta apresenta expressiva evolução entre 1999 e 2014, passando de R\$274,31 para R\$963,51, em média. Este aumento pode ser explicado pela elevação do salário dos trabalhadores nos últimos anos (NERI e SOUZA, 2012). Segundo Saboia (2007), o salário mínimo no Brasil vem apresentado crescimento sustentado desde os anos 90. Em 1995 estava fixado no valor de R\$100 e em 2005 correspondia a R\$300. Atualmente, o salário mínimo encontra-se fixado ao patamar de R\$880,00, aumento decorrente de sua política de valorização observada desde de 2005, a qual se mostra importante ao promover a elevação da renda familiar (BALTAR *et. al*, 2010).

As mulheres nordestinas apresentam aumento do nível de escolaridade, tendo em 2014 aproximadamente 34% das mulheres, em média, de 11 a 14 anos de estudo. A região Sudeste exhibe a mesma trajetória, sendo sua proporção de ordem 36,78%. Apesar do aumento no número de anos de estudos, a proporção de mulheres nordestinas escolarizadas ainda é inferior quando comparadas às mulheres da região Sudeste, sendo essa diferença atribuída ao fato de o Nordeste ter uma concentração de renda elevada e uma camada maior da população pertencente as distribuições inferiores de renda. A população de baixa renda tem menores oportunidades de acesso à educação (CASTRO, 2009).

Em termos de localização, na região Sudeste mais de 40% das mulheres se situam em regiões metropolitanas, enquanto que na região Nordeste apenas 25% moram nessas áreas. A proporção de mulheres com filhos em idade entre 0 e 6 anos apresenta redução durante os anos analisados, entretanto, a região Nordeste apresenta a maior concentração de mulheres com crianças pequenas. Apesar da queda intensificada da fecundidade observada em todo país a partir da década de 60, a região Nordeste apresentou um declínio muito abaixo do observado no restante do país (SANTOS, MOREIRA e MOURA, 1990). A alta fecundidade observada no Nordeste pode ser explicada pela tardia oferta pública de métodos contraceptivos e falta de apoio dos governos estaduais na promoção de planejamento familiar através da atuação de entidades privadas (PERPÉTUO, 1998) além da falta de acesso a informações sobre saúde reprodutiva associada a baixa escolarização das mulheres (MONTE, 2011).

A idade das mulheres residentes nas duas regiões exibe aumento, apresentando em 2014 as mulheres nordestinas em média 41,7 anos e as mulheres da região Sudeste 44,1 anos. Apesar do envelhecimento populacional nordestino, observa-se que sua expectativa de vida ainda é menor que a da região Sudeste (SANTOS, MOREIRA e MOURA, 1990). Em relação a renda familiar *per capita* líquida, esta apresenta aumento nos anos observados. No Nordeste, a renda em 1999 era em média R\$170,00 passando para R\$689,80 em 2014. Já na região Sudeste, de R\$320,00 a renda aumentou para R\$1.044,75, em 2014. Salvato *et. al* (2010) e Cirino e Lima (2012) apontam que o diferencial de rendimentos é condicionado pela elevada concentração e aglomeração populacional e econômica e maior dotação de educação e experiência observadas na região Sudeste.

Apesar das características das mulheres tanto da região Nordeste quanto da Sudeste seguirem padrões semelhantes à do Brasil, cabe destacar que o Nordeste apresenta uma renda familiar *per capita* líquida menor que a média nacional e uma elevada proporção de mulheres com filhos na idade de 0 a 6 anos, o que reflete a diferença de desenvolvimento dessas macrorregiões. Cabe apontar ainda a redução na proporção de mulheres brancas. Isto pode ocorrer devido ao aumento do percentual de indivíduos autodeclarados pardos nos últimos anos, superando a população branca (IBGE, 2015). Em relação a renda não-laboral das mulheres, observa-se um aumento entre os anos para as três unidades de análise.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O objetivo do presente trabalho é analisar quais determinantes impactam a decisão da mulher casada em entrar no mercado de trabalho. Assim, avaliou-se os parâmetros estimados a partir do modelo *Logit*. Observa-se na tabela 2 que a maior parte dos sinais das variáveis apresentaram-se conforme o esperado pela teoria econômica e significativas para o modelo.

As variáveis explicativas do modelo mostram-se conjuntamente significativas através da análise da estatística qui-quadrado. Desse modo, pelo menos uma variável é importante para explicar a decisão da mulher em entrar no mercado de trabalho. Adicionalmente, ao verificar a matriz de correlação observa-se indícios de exogeneidade das variáveis uma vez que apenas idade e idade ao quadrado apresentam alta correlação devido a natureza de sua criação. Devido a possível presença de heterocedasticidade, estimou-se o modelo por meio da correção robusta dos erros padrão, de modo a tornar os erros homocedásticos.

Utilizando como base de comparação a região Sudeste, observa-se que ser da região Nordeste, Norte e Centro-Oeste aumenta a chance de a mulher ingressar no mercado de trabalho em relação a ser da região Sudeste em 26,84%, 25,95% e 14,89%, respectivamente. Já as mulheres residentes no Sul possuem menor probabilidade. Com relação as mulheres residentes nas regiões metropolitanas, estas possuem maior probabilidade de entrada no mercado de trabalho. Ao analisar para os recortes regionais, mulheres residentes no Sudeste possuem maior propensão em entrar no mercado de trabalho se comparada as mulheres nordestinas.

A variável renda familiar *per capita* líquida, ao contrário do esperado, apresenta efeito positivo. Contudo, tal relação pode se dar pois rendas mais altas permitem que a mulher se direcione para atividades laborais dado que as famílias podem pagar creches e empregadas domésticas (SCORZAFAVE e MENEZES-FILHOS, 2011), o que reduz o tempo gasto pela mulher dentro da jornada de trabalho do lar. No presente estudo, o aumento de 1 unidade de renda familiar pode elevar a chance de a mulher brasileira entrar no mercado de trabalho em 0,04%. Para o Nordeste a chance é de 0,06% enquanto para o Sudeste é de 0,02%. Enquanto a renda familiar eleva a probabilidade de a mulher trabalhar, a renda proveniente de atividades não-laborais apresenta sinal negativo, apontando que a chance da mulher entrar no mercado de trabalho pode diminuir 0,03%, podendo tal relação ser resultado do aumento do salário de reserva feminino (COSTA, 2007). Para a região Nordeste a chance de entrada pode diminuir em 0,05% e para o Sudeste em 0,02%.

Tabela 2: Modelo Logit para a decisão de entrada da mulher casada no mercado de trabalho, 2014.

	Brasil		Nordeste		Sudeste	
	Coef.	Razão de chance	Coef.	Razão de chance	Coef.	Razão de chance
Renda familiar <i>per capita</i> líquida	0,0004*** (0,0001)	1,0004*** (0,0001)	0,0006 (0,0004)	1,0006 (0,0004)	0,0002* (0,0001)	1,0002* (0,0001)
Renda não-laboral	-0,0003*** (0,0001)	0,9997*** (0,0001)	-0,0005* (0,0003)	0,9995* (0,0003)	-0,0002** (0,0001)	0,9998** (0,0001)
Idade	0,0064 (0,0262)	1,0064 (0,0263)	0,0436 (0,0431)	1,0445 (0,0451)	-0,0370 (0,0616)	0,9637 (0,0594)
Idade ²	-0,0005* (0,0003)	0,9995* (0,0003)	-0,0008* (0,0004)	0,9992* (0,0004)	-0,0001 (0,0006)	0,9999 (0,0006)
Filhos de 0 a 6 anos	-0,3596** (0,1609)	0,6979** (0,1123)	0,0470 (0,2541)	1,0482 (0,2663)	-0,6061* (0,3605)	0,5455* (0,1966)
Escolaridade						
1 a 3 anos de estudo	0,1150 (0,1892)	1,1219 (0,2122)	0,0765 (0,2696)	1,0795 (0,2910)	-1,3161*** (0,5055)	0,2682** (0,1356)
4 a 7 anos de estudo	0,6228*** (0,1711)	1,8641*** (0,3190)	0,5618** (0,2771)	1,7538** (0,4859)	0,0918 (0,4576)	1,0962 (0,5016)
9 a 10 anos de estudo	0,8945*** (0,2037)	2,4462*** (0,4983)	1,0756*** (0,3453)	2,9319*** (0,1025)	-0,0504 (0,4882)	0,9508 (0,4642)
11 a 14 anos de estudo	0,9649*** (0,1901)	2,6244*** (0,4988)	0,9643*** (0,3104)	2,6231*** (0,8143)	0,1911 (0,4781)	1,2106 (0,5788)
15 anos de estudo	1,4664*** (0,3108)	4,3336*** (1,3470)	2,6563** (1,3147)	14,2438** (18,7261)	0,6146 (0,6332)	1,8490 (1,1707)
Raça (Branca)	0,0651 (0,1216)	1,0673 (0,1298)	0,3061 (0,2354)	1,3581 (0,3197)	0,4145 (0,4574)	1,5136 (0,3895)
Nordeste	0,2378 (0,1491)	1,2684 (0,1891)				
Norte	0,2306 (0,1829)	1,2594 (0,2304)				
Sul	-0,2007 (0,1815)	0,8635 (0,1578)				
Centro-Oeste	0,1912 (0,2044)	1,1489 (0,2359)				
Região Metropolitana	0,7921*** (0,1459)	2,2080*** (0,3221)	0,8716*** (0,2677)	2,3907*** (0,6400)	1,0640*** (0,2494)	2,8979*** (0,7229)
Constante	1,9932*** (0,6839)	7,3393*** (5,0195)	0,9957 (1,1089)	2,7067 (3,0016)	3,8380** (1,5746)	46,4304** (73,1101)
Nº de Observações	4.258	4.258	1.569	1.569	1.027	1.027
Prob > chi2= 0.0000						

Nota: Desvio padrão entre parênteses, coeficientes significativos a *** 1%, ** 5% e * 10%.

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD.

Quanto a variável idade, aponta-se uma relação positiva com a decisão da mulher, isto é, 1 ano a mais de idade aumenta a chance da entrada da mulher no mercado de trabalho. A variável idade ao quadrado apresenta sinal negativo indicando a relação esperada no formato de U invertido. Vale destacar que para a região Sudeste o sinal da idade é negativo, ou seja, cada 1 ano a mais de idade diminui a chance de a mulher ingressar no mercado de trabalho, resultado este semelhante ao de Sadlacek e Santos (1991) que apontam a relação inversa entre idade e entrada da mulher no mercado de trabalho para as mulheres casadas residentes em São Paulo.

Ao omitir-se a *dummy* educação sem instrução ou com menos de um ano de educação, as demais *dummies* de educação apresentaram relações positivas com a decisão de entrada no mercado de trabalho. Dessa forma, estar em grupo de escolaridade maior aumenta a chance de a mulher entrar no mercado de trabalho, sendo a maior probabilidade atribuída as mulheres que possuem 15 anos ou mais de estudo, tanto para o Brasil quanto para os recortes regionais. Assim, destaca-se o importante papel da escolaridade sobre a decisão da mulher em ingressar no mercado de trabalho, principalmente se estas possuírem 11 anos ou mais de estudo como apontam outros estudos brasileiros (LIMA, 1997; SOARES e IZAKI, 2002; RAMOS, AGUAS e FURTADO, 2011).

Em geral, mulheres que possuem filhos pequenos tem menor chance de entrar no mercado de trabalho devido ao maior tempo necessário e destinado ao cuidado com as crianças, elevando seu salário de reserva (RIOS-NETO, 1996). Para o Brasil, a presença de filhos entre 0 e 6 anos de idade pode diminuir a probabilidade de a mulher entrar no mercado de trabalho em 30,21%. Na região Sudeste essa chance é de 45,45%. Em contrapartida, na região Nordeste, mesmo com a presença de filhos pequenos, as mulheres casadas possuem probabilidade positiva de entrar no mercado de trabalho. Isto pode ocorrer devido a baixa renda nordestina e diante da pobreza e carência observada na região, estimulando as mulheres a entrarem no mercado de trabalho para a complementação da renda familiar, de modo a transpor-se para um nível de renda superior (JABOTÁ, 1994).

O controle por raça mostra que as mulheres brancas possuem maior chance de entrada no mercado de trabalho, sendo que para o Brasil mulheres brancas possuem uma probabilidade 6,73% maior de entrar no mercado. Ao analisar as regiões Nordeste e Sudeste, essa chance é de 35,81% e de 51,36%, respectivamente, apontando para a existência de discriminação racial no mercado de trabalho (SOARES, 2000; MATOS e MACHADO, 2006).

4.1. Mulheres casadas de baixa e alta renda

Buscando analisar se os determinantes da decisão de entrada das mulheres casadas no mercado de trabalho se diferenciam por nível de renda, utiliza-se o primeiro e segundo, e o último quintil de distribuição de renda familiar *per capita* para construir dois grupos e captar essas diferenças. De tal modo, caracteriza-se por baixo nível de renda as mulheres situadas nos 40% da população com menor média de renda familiar *per capita*, enquanto as mulheres de alto nível de renda situam-se nos 20% da população com maior renda média. Neste caso, diferentemente da variável utilizada no modelo anterior, a renda familiar *per capita* inclui a renda feminina, já que esta colabora em sua formação, contribuindo para o aumento do bem-estar familiar (RAMOS e SOARES, 1994; COSTA, 2007). As tabelas 3, 4 e 5 apresentam os resultados para o Brasil e para os recortes regionais.

Para o Brasil, (Tabela 3), observa-se que a presença de filhos com idade entre 0 a 6 reduz a chance das mulheres situadas tanto no baixo quanto no alto nível de renda de entrar no mercado de trabalhado. Enquanto a presença de filhos pequenos pode diminuir a chance da mulher de alta renda entrar no mercado em 28,36%, a chance da mulher de baixa renda entrar no mercado de trabalho pode diminuir em 20,04%. Quanto ao nível de escolaridade, observa-se que a medida que este aumenta, a probabilidade de a mulher entrar no mercado de trabalho também aumenta, principalmente para as mulheres de nível de renda mais alta e escolaridade maior, ou seja, aquelas que possuem 15 anos ou mais de estudo.

As análises regionais mostram que para o Nordeste, (Tabela 4), a presença de filhos pequenos pode diminuir a chance de a mulher de baixa renda entrar no mercado de trabalho em 33,92%, enquanto para as mulheres ricas a chance é de 33,58%. Já para a região Sudeste, (Tabela 5), a chance da mulher de baixa renda diminui em 41,38%, enquanto a chance da mulher de alta renda diminui 22,79%.

Em relação a escolaridade, no Nordeste as maiores chances de entrada das mulheres tanto de baixa quanto de alta renda se dão para cada ano adicional de escolaridade. Para o Sudeste as mulheres de baixa renda possuem maior probabilidade de entrada se tiverem entre 9 a 14 anos de estudos, enquanto as mulheres de alta renda possuem maior probabilidade de entrada para cada ano de estudo a mais, especialmente se possuírem 15 anos ou mais de estudo. Quanto a idade, observa-se o formato de U invertido para todas as unidades analisadas. Em relação ao controle por raça, tanto mulheres brancas de baixa quanto alta renda possuem menor probabilidade de entrarem no mercado de trabalho quando comparadas aos demais grupos de raça.

Tabela 3: Resultado do modelo *Logit* para as mulheres casadas de baixo e alto nível de renda, Brasil, 2014.

	Baixo nível de renda		Alto nível de renda	
	Coef.	Razão de chance	Coef.	Razão de chance
Idade	0,2207*** (0,0137)	1,2469*** (0,0171)	0,1657*** (0,0026)	1,1803*** (0,0266)
Idade ²	-0,0028*** (0,0002)	0,9972*** (0,0002)	-0,0025*** (0,0002)	0,9975*** (0,0002)
Filhos de 0 a 6 anos	-0,2236 (0,0549)	0,7996*** (0,04939)	-0,3335*** (0,1182)	0,7164*** (0,0847)
Escolaridade				
1 a 3 anos de estudo	0,0750 (0,1024)	1,0779 (0,1104)	0,3018 (0,2508)	1,3523 (0,3392)
4 a 7 anos de estudo	0,1793** (0,0863)	1,1964** (0,1033)	0,3298 (0,2023)	1,3907 (0,2813)
9 a 10 anos de estudo	0,3585*** (0,0910)	1,4312** (1,1302)	0,2864 (0,2043)	1,3317 (0,2721)
11 a 14 anos de estudo	0,3660*** (0,0879)	1,4420*** (0,1267)	0,3998** (0,1930)	1,4915** (0,2879)
15 anos de estudo	0,3436** (0,1657)	1,4101** (0,2326)	0,7728*** (0,1980)	2,1658*** (0,4289)
Raça (Branca)	-0,0644 (0,0494)	0,9373 (0,0463)	-0,1908*** (0,0685)	0,8263** (0,0566)
Nordeste	0,2144*** (0,0562)	1,2391*** (0,0696)	-0,0262 (0,0975)	0,9742 (0,0950)
Norte	0,0620 (0,0666)	1,0639 (0,0708)	-0,1031 (0,1134)	0,9020 (0,1023)
Sul	0,0785 (0,0846)	1,0817 (0,0915)	0,3327*** (0,0808)	1,3948*** (0,1127)
Centro-Oeste	-0,1405 (0,0904)	0,8690 (0,0786)	0,1029 (0,1023)	1,1084 (0,1133)
Região Metropolitana	-0,1370*** (0,0471)	0,8720*** (0,0411)	-0,1886*** (0,0638)	0,8281*** (0,0528)
Constante	-5,0506*** (0,2913)	0,0064*** (0,0019)	-1,4825*** (0,5875)	0,2271*** (0,1334)
Nº de Observações	11.249	11.249	5.817	5.817
Prob > chi2= 0.0000				

Nota: Desvio padrão entre parênteses, coeficientes significativos a *** 1%, ** 5% e * 10%.

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD.

Tabela 4: Resultado do modelo *Logit* para as mulheres casadas de baixo e alto nível de renda, Nordeste, 2014.

	Baixo nível de renda		Alto nível de renda	
	Coef.	Razão de chance	Coef.	Razão de chance
Idade	0,1580*** (0,0268)	1,1712*** (0,0314)	0,2163*** (0,0357)	1,2381*** (0,0442)
Idade ²	-0,0019*** (0,0003)	0,9981*** (0,0003)	-0,0030*** (0,0004)	0,9970*** (0,0004)
Filhos de 0 a 6 anos	-0,4143*** (0,1141)	0,6608*** (0,0759)	-0,4091** (0,1758)	0,6642** (0,1168)
Escolaridade				
1 a 3 anos de estudo	-0,0380 (0,1769)	0,9627 (0,1703)	0,3251 (0,4063)	1,3841 (0,5623)
4 a 7 anos de estudo	-0,0097 (0,1544)	0,9904 (0,1529)	0,3740 (0,3275)	1,4535 (0,4760)
9 a 10 anos de estudo	0,3534** (0,1662)	1,4239** (0,2366)	0,1831 (0,3252)	1,2010 (0,3905)
11 a 14 anos de estudo	0,02462 (0,1601)	1,2792 (0,2048)	0,6632** (0,2982)	1,9409** (0,5789)
15 anos de estudo	-0,9425* (0,1064)	0,3897* (0,1934)	1,3583*** (0,3037)	3,8895*** (1,1814)
Raça (Branca)	-0,0304 (0,1064)	0,9701 (0,1033)	-0,1578 (0,1058)	0,8540 (0,0904)
Região Metropolitana	-0,3567*** (0,1009)	0,7000*** (0,0706)	0,0402 (0,1021)	1,0410 (0,1063)
Constante	-3,8706*** (0,5687)	0,0208*** (0,0119)	-3,0551*** (0,9009)	0,0471*** (0,0424)
Nº de Observações	2.740	2.740	2.194	2.194
Prob > chi2= 0.0000				

Nota: Desvio padrão entre parênteses, coeficientes significativos a *** 1%, ** 5% e * 10%.

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD.

Tabela 5: Resultado do modelo *Logit* para as mulheres casadas de baixo e alto nível de renda, Sudeste, 2014.

	Baixo nível de renda		Alto nível de renda	
	Coef.	Razão de chance	Coef.	Razão de chance
Idade	0,2042*** (0,0122)	1,2265*** (0,0149)	0,1860*** (0,0358)	1,2045*** (0,0431)
Idade ²	-0,0028*** (0,0001)	0,9972*** (0,0001)	-0,0027*** (0,0004)	0,9973*** (0,0004)
Filhos de 0 a 6 anos	-0,5341*** (0,0597)	0,5862*** (0,0350)	-0,2587* (0,1600)	0,7721 (0,1235)
Escolaridade				
1 a 3 anos de estudo	-0,0301 (0,1256)	0,9703 (0,1218)	-0,0770 (0,5080)	0,9259 (0,4703)
4 a 7 anos de estudo	0,2660** (0,1046)	1,3047** (1,1364)	0,3954 (0,4345)	1,4850 (0,6453)
9 a 10 anos de estudo	0,3616*** (0,1078)	1,4356*** (0,1547)	-0,0218 (0,4359)	0,9785 (0,4265)
11 a 14 anos de estudo	0,6600*** (0,1048)	1,9348*** (0,2027)	0,3113 (0,4212)	1,3652 (0,5750)
15 anos de estudo	1,1358*** (0,1295)	3,1137*** (0,4033)	1,0168** (0,4231)	2,7644** (1,1697)
Raça (Branca)	-0,1581*** (0,0415)	0,8538 (0,0354)	-0,1987 (0,1023)	0,8198* (0,0838)
Região Metropolitana	0,0163 (0,0410)	1,0164 (0,0416)	-0,2436*** (0,0885)	0,7752*** (0,0686)
Constante	-3,5411*** (0,2883)	0,0290*** (0,0084)	-1,9504** (0,9747)	0,1422** (0,1386)
Nº de Observações	11,285	11,285	2.858	2.858
Prob > chi2= 0.0000				

Nota: Desvio padrão entre parênteses, coeficientes significativos a *** 1%, ** 5% e * 10%.

Fonte: Elaboração própria com base na PNAD.

Nota-se que a educação é o principal determinante que eleva a probabilidade do ingresso da mulher casada no mercado de trabalho tanto para o Brasil quanto para as regiões Nordeste e Sudeste. Diante desses determinantes, observa-se que as mulheres mais propensas a entrarem no mercado de trabalho são aquelas pertencentes a níveis de renda mais elevados, sendo este fenômeno observado também por Leone (1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a decisão de entrada da mulher casada no mercado de trabalho e seus principais determinantes. Mais especificamente, procurou-se examinar como a decisão de entrada da mulher é afetada pela renda familiar e se os determinantes da decisão de entrada das mulheres no mercado se diferenciam para camadas mais baixa e mais altas de renda.

Os resultados apontam que quanto maior a renda familiar, maior é a probabilidade de a mulher ingressar no mercado de trabalho. Dentre os demais determinantes analisados, a escolaridade apresentou-se significativamente importante para o modelo, mostrando que cada nível maior de escolaridade aumenta a probabilidade de a mulher ingressar no mercado de trabalho. A presença de crianças na faixa de 0 a 6 anos de idade apresentou importante impacto sobre a decisão das mulheres, sendo ele negativo. A presença de filhos pequenos eleva o salário de reserva e, conseqüentemente impacta negativamente a decisão da mulher em trabalhar. Dessa forma, aponta-se para a relevância da oferta pública de creches e educação infantil de modo a liberar a mulher para o mercado de trabalho.

No que se refere a análise regional, a educação é o principal determinante que afeta a decisão das mulheres em entrar no mercado de trabalho, sendo esta propensão maior para as mulheres casadas residentes no Sudeste. Ao analisar o diferencial entre a entrada das mulheres de baixa renda e as de alta renda, nota-se que a entrada é também impactada positiva e expressivamente pelo nível educacional, sendo a maior probabilidade de entrada no mercado de trabalho as mulheres pertencentes a camadas mais altas de renda. Nesse sentido, aponta-se para políticas públicas que promovam a expansão educacional de modo que esta seja melhor distribuída pelo país, sua qualidade melhorada e a evasão escolar reduzida, criando condições para que as pessoas com baixo nível de qualificação entrem no mercado de trabalho.

O presente trabalho limita-se apenas ao estudo dos determinantes da inserção das mulheres casadas no mercado de trabalho, diante disso, recomenda-se para estudo posterior a análise da elasticidade de horas trabalhadas pelas mulheres e o tipo de setor e ocupação no qual as mulheres marcam presença, além de um estudo temporal desses determinantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, L. W. A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária? Tese de Doutorado, São Paulo, 2007.

BALASSIANO, M.; SEABRA, A. A.; LEMOS, A. H. Escolaridade, Salários e Empregabilidade: Tem Razão a Teoria do Capital Humano? 2005.

BALTAR, P. E. A. *et al.* Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira, **Global Labour University Working Paper**, nº.9, 2010.

BALTAR, P. E. A.; SANTOS, A. L.; KREIN, J D; LEONE, E; PRONI M. W.; MORETTO, A; MAIA A, G.; SALAS, C. Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. **Global Labour University Working Paper**; 2010.

BARROS, R. P.; CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D.; FIRPO, S. P. A inserção no mercado de trabalho: diferenças por sexo e consequências sobre o bem-estar. Texto para discussão nº 796, IPEA, Rio de Janeiro, jun.2001.

BECKER, G. S.; LEWIS, H.G. On the Interaction between the Quantity and Quality of Children. **Journal of political Economy**. Mar 1;81(2, Part 2):S279-88, 1973.

BLUNDELL, R. MACURDY, T. Labour supply a review of alternative approaches. **Handbook of Labor Economics**, Volume 3, Edited by O. Ashenfelter and D. Card, Elsevier Science B.V. All rights reserved, 1999.

BORJAS, G. **Economia do Trabalho**. 5 ed., AMGH Editora, p.23-95, 2012.

BRUSCHINI, M. C. A. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. Estudos Feministas. 1:179-99, Out.1994.

_____. Trabalho das mulheres no Brasil continuidades e mudanças no período 1985-1995. Fundação Carlos Chagas, Textos FCC 17/98, São Paulo, 1998.

BRUSCHINI, M. C. A.; LOMBARDI, M. R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, v. 1, 1996

_____. Trabalhadoras brasileiras nos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. *Mulher e Trabalho*. Porto Alegre, v. 2, p. 95-106, mar.2002.

CAMARANO, A. A.; BELTRÃO, K., I. Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século. Texto para discussão nº766, IPEA, 2000.

CAMARGO, J. M.; SERRANO, F. Os dois mercados: homens e mulheres na indústria brasileira. Departamento de Economia, PUC/RJ, 1983.

CARVALHO, A. A. Redução da Fecundidade: Expressão do Desejo Feminino ou das Iniquidades de Gênero. 2010.

CASTRO, J. A. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Revista Educação & Sociedade**. Sep 23;30(108), 2009.

CAVALIERI, C. H.; FERNANDES, R. Diferenciais de salário por gênero e cor: comparação entre as regiões metropolitanas brasileiras. **Revista de Economia Política**, vol. 18, n.1(69), jan-mar.1998.

CIRINO, J. F.; LIMA, J. E. Diferenças de rendimento entre as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador: uma discussão a partir da decomposição de Oaxaca-Blinder. **Revista Econômica do Nordeste**. Nov 17;43(2):371-90, 2016.

COSTA, J. S. M. Determinantes da participação da força feminina no mercado de trabalho. Dissertação para Programa de Pós-Graduação, Brasília, nov.2007.

DIEESE. A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. -- São Paulo: 2012.

FERNADES, M. M. Estimação da oferta de trabalho com modelos coletivos: uma aplicação para o Brasil. Dissertação de mestrado, Ribeirão Preto, 2008.

FERNANDEZ, F.; SALDARRIAGA, V. Do benefit recipients change their labor supply after receiving the cash transfer? Evidence from the Peruvian Juntos program. **IZA Journal of labor & Development**. 2014 Feb 24;3(1):2.

GOLDANI, A. M. Famílias e gêneros: uma proposta para avaliar (des) igualdades. Algranti LM organizadora. A prática feminista e conceito de gênero. Campinas: Unicamp. P.43-62, 2002.

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. 5 Ed., AMGH Editora, 2008.

HECKMAN, J. Life cycle consumption and labor supply: An explanation of the relationship between income and consumption over the life cycle. **The American Economic Review**. Mar 1;64(1):188-94, 1974.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, p. 35-58, mai-ago. 2004.

IBGE. Síntese de Indicadores 2014. Rio de Janeiro, 2015.

_____. Indicadores Sociais Mínimos. Conceitos. Minas Gerais, 2016.

JABLONSKI, B. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia Ciência e Profissão*. 30(2):262-75, jun.2010.

JATOBÁ, J. A família brasileira na força de trabalho: um estudo de oferta de trabalho-1978/88. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. 1994 Apr;24(1):1-34.

KILLINGSWORTH, M.; HECKMAN, J. Female Labor Supply: A Survey. In: ASHENFELTER, O; LAYARD, R. (eds.) **Handbook of labor economics**, vol. 1, New York: Elsevier Science Publisher BV, 1986.

KON, A. A economia política do gênero: determinantes da divisão do trabalho. **Revista de Economia Política**, vol. 22, n.3 (87), jul-set.2002.

LEONE, E. T. Renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. Texto para Discussão.IE/UNICAMP, n.81, jul.1999.

LEONE, E.T.; BALTAR, P. Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.23, n.2, p. 355-367, jul/dez.2006.

LIMA, R. A. Participação das mulheres casadas no mercado de trabalho: um estudo com base nos microdados da PNAD. **Revista Nova Economia**, v.7, n.1, Belo Horizonte, mai.1994.

LOMBARD, K. Women's Rising Market Opportunities and Increased Labor Force Participation. **Economic Inquiry**, v.37, n.32, p.195-212, abr.1999.

MACIEL, M. C. A divisão de trabalho doméstico e a oferta de trabalho dos casais no Brasil. Tese de Doutorado, Recife, 2008.

MACURDY, T. E. An empirical model of labor supply in a life-cycle setting. **Journal of political Economy**. Dez 1;89(6):1059-85, 1981.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e trabalho doméstico: homens e mulheres tem condições iguais? *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(2): 352, mai-ago.2010.

MATOS, R. S.; MACHADO, A. F. Diferencial de rendimento por cor e sexo no Brasil (1987-2001). **Econômica**, v.8, n.1, p. 5-27, Rio de Janeiro, jun.2006.

MINCER, J. Investment in human capital and personal income distribution. **Journal of political economy**. Aug 1;66(4):281-302, 1958.

MIRANDA, G. V. A Educação da mulher brasileira e sua Participação nas Atividades Econômicas em 1970. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 15, dez. 1975. P. 21-36.

MONTALI, L. Provedoras e co-provedoras: mulheres cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e desemprego. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.23, n.2, p.223-245, São Paulo, jul./dez.2006.

MONTE, P. A. A influência da fecundidade na inserção feminina no mercado de trabalho nordestino e nos determinantes salariais. *Documentos Técnico-Científicos*, v42, n.3, p.473-488, jul-set.2011.

MONTE, P. A.; RAMALHO, H. M.; PEREIRA, M. D. O salário de reserva e a oferta de trabalho: evidências para o Brasil. *Economia Aplicada*. Dez;15(4):613-39, 2011.

MOREIRA, G. C.; CIRINO, J. F. Participação feminina no mercado de trabalho: uma análise da decomposição paras as regiões Nordeste e Sudeste. *Niterói*, v.13, n.1, p. 143-168, 2012.

NERI, M. C.; SOUZA, P. H. A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. Comunicados do Ipea, 2012.

NETO, L. F. Determinantes da participação no mercado de trabalho e dos rendimentos e retornos aos investimentos em capital humano. **Revista Análise Econômica**. Mar;16(29), 1998.

OLIVEIRA, A. M. M.; SANTOS, E. C. A participação das mulheres no mercado de trabalho: uma análise das taxas de atividades femininas- Brasil 1984-1987. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 8., Caxambu, 1990. **Anais...Caxambu: ABEP**, v.2, p. 245-268.

PAZELLO, E. T., FERNANDES, R. A maternidade e a mulher no mercado de trabalho: diferença de comportamento das mulheres que têm e as que não tem filhos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 31. **Anais...** João Pessoa: Anpec, 2004.

PENCAVEL, J. Labor supply if man: a survey. **Handbook of Labor Economics**, Volume I, Edited by O. Ashenfelter and R. Layard Elsevier Science Publishers BV, 1986.

PERPÉTUO, I. Contracepção e declínio da fecundidade na Região Nordeste, 1980-1996. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Jan;15(1), 1998.

PSACHAROPOULOS, G. Schooling, experience and earnings. **Journal of Development Economics** 4 (1976), p.39-48. O North-Holland Publishing Company.

RAMOS, L.; AGUAS, M. F. F.; FURTADO, L. M. S. Participação feminina na força de trabalho metropolitana: O papel do status socioeconômico das famílias. **Economia Aplicada**, v. 15, n. 4, p.595-611, 2011.

RAMOS, L.; SOARES, A. L. Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil. Texto para discussão nº350, IPEA, Out/94.

RIBAS, R. P.; SOARES, F. V. Is the effect of conditional transfers on labor supply negligible everywhere? 2011.

RIOS-NETO, E. L. G.; WAJNMAN, S. O impacto das crianças sobre a participação feminina na PEA: o caso das mulheres casadas urbanas. Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. 1996;10:517-34.

SABOIA, J. O salário mínimo e seu potencial para a melhoria da distribuição de renda no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ, multig. 2007.

SALVATO, M. A.; FERREIRA, P. C.; DUARTE, A. J. O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. Estudos Econômicos. São Paulo, Dez;40(4):753-91, 2010.

SANTOS, T. D.; MOREIRA, M. D.; MOURA, H. A população do Nordeste em face da transição demográfica. VII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Caxambu, ABEP. 1990.

SCHMITT, C e RIBEIRO, E. P. Participação feminina no mercado de trabalho e o efeito do trabalhador adicional em Porto Alegre. Ensaio FEE, 2004.

SCORZAFAVE, L. G. D. S. A evolução e os determinantes da inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro. Dissertação de Mestrado em Economia, São Paulo: FEA/USP, 2001.

SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES-FILHO, N. A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, dez. 2001.

SEDLACEK, G.L. e SANTOS, E.C. A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia como geração de renda familiar. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v.21, n.3, p.449-470, dez. 1991.

SOARES, C.; OLIVEIRA, S. Gênero, estrutura ocupacional e diferenciais de rendimento. Econômica, v.6, n.1, p.5-33, Rio de Janeiro, jun.2004.

SOARES, S. e IZAKI, R.S. A participação feminina no mercado de trabalho. Texto para discussão Nº 923, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, p. 1-22, dez. 2002.

SOARES, S. O perfil da discriminação no mercado de trabalho- homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Texto para Discussão do Ipea n. 769. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

SORJ, B. O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. 1. In: SILVEIRA, Maria Lucia; TITO, Neuza. Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma da vida humana. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, p. 77- 89, 2008.

SORJ, B; FONTES, A; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. Cadernos de pesquisa. 21;37(132):573-94, 2007.

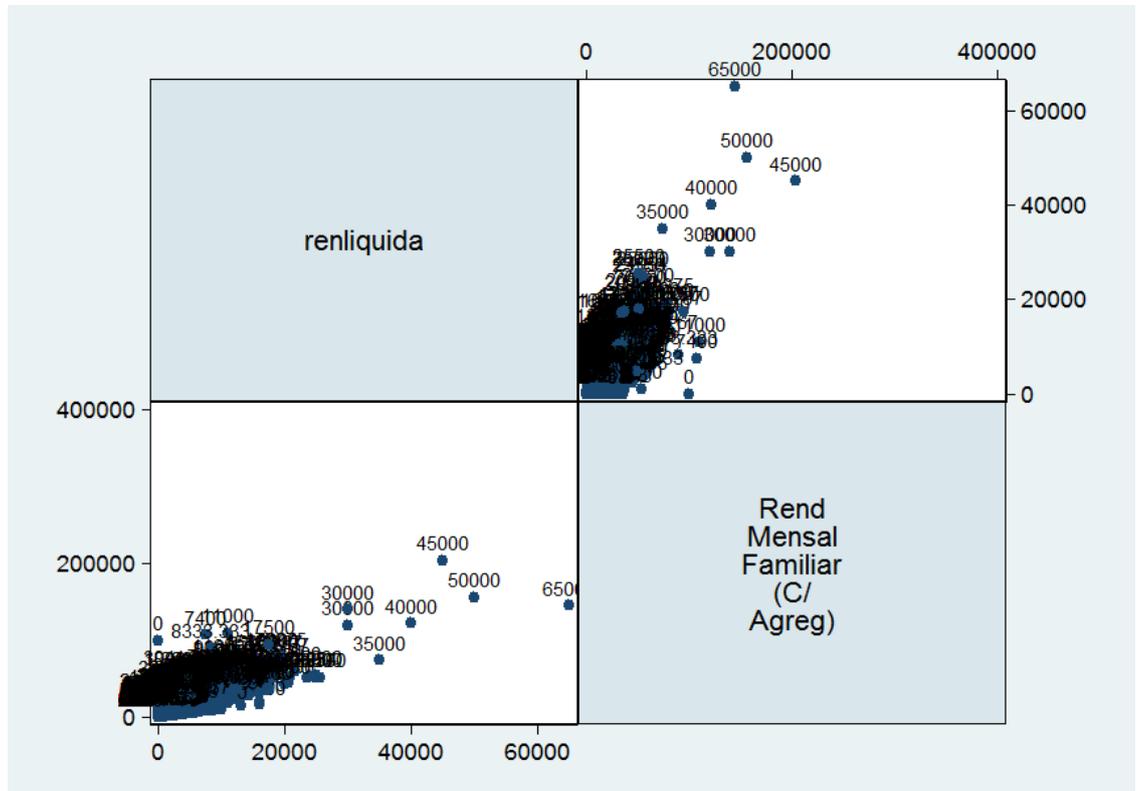
SOUZA, R. L.; RIOS-NETO, E. L. G.; QUEIROZ, B. L. A relação entre parturição e trabalho feminino no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 57-79, jan-jun. 2011.

TEXEIRA, C. G. Efeitos da transferência de renda na oferta de trabalho. Repositório Ipea, Nota Técnica, 46, fev.2011.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. Pioneira Thomson Learning; 2014.

ANEXO

Figura A.1: Gráfico de dispersão da renda familiar *per capita* líquida.



Fonte: Elaboração a partir de dados da PNAD e STATA12.

Tabela A.1: Matriz de correlação

	Renda líquida	Renda não-laboral	Idade	Idade ²	Filho 0_6	Escolaridade
Renda líquida	1,0000					
Renda não-laboral	0,6519	1,0000				
Idade	0,3616	0,3672	1,0000			
Idade ²	0,3651	0,3700	0,9874	1,0000		
Filhos 0_6	-0,1857	-0,1750	-0,5617	-0,5117	1,0000	
Escolaridade	0,2794	0,2186	-0,1727	-0,1707	0,1473	1,0000

Fonte: Elaboração a partir de dados da PNAD e STATA12.